



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

Processo nº: 224.377/19-e

Jurisdicionada: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF

Assunto: Estudos Especiais

Órgão Técnico: Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE

MPC: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Sessão: Pauta nº 47, S.O. nº 5231, de 21.10.2020

Publicação: DODF nº 198, de 19.10.2020, pág. 10/11

Ementa: Estudos especiais realizados, em atenção à Decisão nº 5.395/17-CPM, para avaliar a possibilidade de inclusão dos demonstrativos elencados no art. 5º, inciso XVI, da Portaria MPS nº 204/08, requeridos para a emissão de Certificado de Regularidade Previdência – CRP, nas Prestações de Contas Anuais do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, em razão de solicitação formulada pela então Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

Nova regulamentação para as tomadas e prestações de contas anuais ou extraordinárias referentes ao exercício financeiro de 2019, contemplando, majoritariamente, os demonstrativos elencados no tocante ao IPREV/DF (Decisão Normativa TCDF nº 1/20).

Nesta fase: análise das conclusões dos estudos.

PARECERES CONVERGENTES, com adendo do **Parquet** especializado.

A Instrução sugere o conhecimento dos estudos, considerando majoritariamente atendido o requerimento do então Ministério da Fazenda, com ciência à Secretaria de Contas para que avalie a conveniência e a oportunidade da ampliação do rol de documentos que deverão integrar a prestações de contas anuais do IPREV/DF, quando da proposição de futura decisão normativa acerca da matéria.

O Ministério Público aquiesce as considerações do Corpo Técnico, com acréscimo pela fixação de prazo para o julgamento das contas da jurisdicionada relativas ao exercício de 2017 e para a remessa das contas atinentes



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

aos exercícios de 2018 e 2019.

VOTO de acordo com o Corpo Técnico, dando-se conhecimento da decisão que vier a ser proferida à atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – SEPRT/ME, em virtude do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com esta Corte, deixando de acolher os requerimentos do Órgão Ministerial por extrapolarem o objeto destes autos e a competência deste Relator.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de estudos especiais realizados, em atenção à Decisão nº 5.395/17-CPM¹, para avaliar a possibilidade de inclusão dos demonstrativo requeridos para emissão de Certificado de Regularidade Previdência – CRP nas Prestações de Contas Anuais do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, em razão de solicitação formulada pela então Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Referidos demonstrativos encontram-se elencados no art. 5º, inciso XVI, da Portaria MPS nº 204/08, assim redigido:

“Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinarão cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS: (...)

XVI - encaminhamento à Secretaria de Previdência, dos seguintes documentos e informações: (Redação dada pela Portaria MF nº 333, de 11/07/2017)

a) legislação completa referente ao regime de previdência social;

¹ **Decisão nº 5.395/17-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da prestação de contas anual do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, referente ao exercício de 2013, consignada no Processo nº 413.000.112/13; b) do Ofício nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF (fls. 47/49); II – autorizar: a) o sobrestamento do processo em exame até o deslinde das apurações empreendidas no Processo nº 11.975/15; b) a realização de estudos especiais pela Secretaria-Geral de Controle Externo, em autos apartados, acerca da solicitação constante do expediente de fls. 47/49; c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.

Presidiu a sessão a Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

- b) **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;**
- c) REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013
- d) **Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR;** (Redação dada pela Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011)
- e) REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013
- f) **informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais;** (Redação dada pela Portaria MF nº 333, de 11/07/2017)
- g) **Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.** (Redação dada pela Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011)
- h) **Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR.** (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)
- i) **Nota Técnica Atuarial - NTA.** (Incluído pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

2. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 19/2020 (e-doc 167F070F-e), de 9.7.2020, analisa a matéria, nos termos seguintes:

“I. Contextualização

2. O processo nº 21810/2014 refere-se à Prestação de Contas Anual dos administradores e demais responsáveis do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, relativamente ao exercício financeiro de 2013. Naqueles autos, foi acostado o Ofício nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF da então Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda (e-Doc 701515D7D) que noticia a “Nota Técnica nº 23/2017/COR[N/SRPPS/SPREVIMF, que trata do fortalecimento da fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, por meio do envio de demonstrativos a Secretaria de Previdência, na forma do que dispõem o art. 9º da Lei nº 9.717/1998, o Decreto nº 3.788/2001 e o inciso XVI do art. 5º da Portaria MPS nº 204/2008.”

3. No referido expediente, solicita-se ao Tribunal que avalie a possibilidade de incluir a exigência em seus normativos de envio dos demonstrativos obrigatórios exigidos pela Secretaria de Previdência como item de verificação na apreciação das contas dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

responsáveis pela gestão dos RPPS, no caso, o IPREV/DF. A solicitação se ampara em Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TCDF e o então Ministério do Trabalho e da Previdência Social –MTPS no intuito de intercâmbio de informações e institucionalização de modelo de supervisão integrada dos RPPS.

4. Indica a mencionada Nota Técnica que Decreto nº 3.788/2001 instituiu o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, documento destinado a atestar o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 para os RPPS “e, por consequência, das normas similares encontradas na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante aos RPPS dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tornando viável a verificação do atendimento a suas disposições e a consequente aplicação das penalidades legais.”

5. Dessa forma, a então Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, no intuito de realizar seu papel institucional menciona a importância do envio dos documentos obrigatórios indicados no inciso XVI do art. 5º da Portaria MPS nº 204/2008, ressaltando que atendem aos seguintes objetivos:

a. Viabilizam a supervisão exercida pela própria Secretaria de Previdência sobre os RPPS, por meio da auditoria direta e indireta.

b. Possibilitam que essas informações sejam fornecidas aos Tribunais de Contas, dentro da cooperação técnica com estes estabelecida, subsidiando a sua atuação como responsável pelo controle externo.

c. são instrumento para o controle social exercido pelos segurados e a sociedade em geral, uma vez que permanecem disponíveis em consulta pública.

d. Permitem a consolidação de informações sobre os RPPS a nível nacional, essenciais para o acompanhamento da situação financeira e atuarial do sistema de previdência dos servidores públicos e para a definição de políticas e da regulação.

6. A Área Técnica, na Informação nº 122/2017 DICONTE2 (e-Doc 206AED17), sugeriu ao Plenário que quanto à matéria deliberasse sobre a solicitação e, sendo o caso, determinasse, “com fulcro no art. 2º da LC nº 1/1994¹, ao IPREV/DF que passe a incluir, doravante, no rol de documentos obrigatórios das prestações de contas anuais da entidade em questão, os elencados no inciso XVI

¹ Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

do art. 5º da Portaria MPS nº 204/2008”

7. O MPJTCD, no pertinente Parecer nº 785/2017- GPML (e-Doc 8F7A45C8), acresceu pontos relevantes quanto ao tema, tendo sugerido, ao final, a realização de estudos especiais para avaliar a demanda:

8. Sendo assim, o voto-condutor de e-Doc 8582D73C, acatando a sugestão ministerial, autorizou a realização dos presentes estudos especiais, consoante item II, “b” da Decisão nº 5395/2017 supratranscrita.

II. Análise

9. A demanda em questão quanto à exigência de documentos necessários à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CPR na prestação de contas do IPREV se ampara na característica singular dos Regimes Próprios de Previdência Complementar quanto à sua regulamentação e fiscalização por diferentes esferas federativas.

10. Verifica-se que a Lei nº 9.717/1998, ao dispor sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, é lei nacional, e estabelece a competência da União, por meio da atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, para, dentre outras, emitir o Certificado de Regularidade Previdenciária para os RPPS. Eis o disposto no art. 9º da Lei nº 9.717/1998, com redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019:

Art. 9º Compete à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em relação aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários: (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

I - a orientação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

II - o estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

IV - a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela definidos, dados e informações sobre o regime próprio de previdência social e seus segurados. (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019) (Grifado)

11. O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP foi instituído pelo Decreto nº 3788/2001 que condicionou sua apresentação a diversas situações de interesse dos entes federativos, conforme se observa no art. 1º, incisos I a IV, do referido Decreto:

Art. 1º O Ministério da Previdência e Assistência Social fornecerá aos órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta da União Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que atestará o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos seguintes casos:

I - realização de transferências voluntárias de recursos pela União;

II - celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;

III - celebração de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

IV - pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social em razão da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

12. Para emissão do CRP, é necessário o encaminhamento dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

diferentes documentos elencados no art. 5º, inciso XIV, da Portaria MPS nº 204/2008 à Secretaria de Previdência. O dispositivo, que teve sua redação alterada em diversas ocasiões, atualmente dispõe:

Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinarão cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS:

(...)

XVI - encaminhamento à Secretaria de Previdência, dos seguintes documentos e informações: (Redação dada pela Portaria MF nº 333, de 11/07/2017)

a) legislação completa referente ao regime de previdência social;

b) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;

c) REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

d) Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR; (Redação dada pela Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011)

e) REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

f) informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais; (Redação dada pela Portaria MF nº 333, de 11/07/2017)

g) Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN. (Redação dada pela Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011)

h) Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)

i) Nota Técnica Atuarial - NTA. (Incluído pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014)

13. Assim, destaca-se a ampla competência normativa e fiscalizatória da União nesse âmbito. Tal arcabouço, portanto, gera condições especiais de atuação das entidades previdenciárias, cabendo uma cooperação entre os órgãos de diferentes esferas federativas para sua fiscalização, de modo a viabilizar uma melhor gestão e controle dos RPPS. Nesse ponto, destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal e o então Ministério do Trabalho e da Previdência Social, que indica a necessidade de intercâmbio de informações para o aprimoramento do acompanhamento, controle e supervisão da gestão dos RPPS, cabendo ao Tribunal dar conhecimento de informações e

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

documentos constantes, dentre outras, da análise de prestação de contas anuais, conforme cláusulas primeira e terceira².

14. Assim, no que se refere aos documentos solicitados para serem contemplados na prestação de contas do IPREV, conforme inciso XVI do art. 5º da Portaria MPS nº 204/2008, verifica-se que informam, dentre outras, condições dos Regimes Previdenciários especialmente relevantes para sua devida fiscalização, notadamente quanto à avaliação atuarial, política de investimentos/aplicação de recursos, demonstrativos previdenciários e de repasses. Nesse sentido, como também ficou evidenciado no Relatório Final da Auditoria Integrada realizada no IPREV/DF pelo Tribunal (2017)³, os documentos em questão são de grande importância para a fiscalização e avaliação dos RPPS, especialmente no que tange ao Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA e ao Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR.

16. Sob outro aspecto, a preocupação externada pela Secretaria de Previdência na Nota Técnica constante do OFÍCIO nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF (e-Doc 701515D7D) quanto à situação irregular das entidades e a judicialização da questão⁴ deve ser considerada no caso do IPREV/DF, uma vez que todos os CRPs do DF desde 2017 foram emitidos com base em decisão judicial, conforme tabela abaixo, extraída do cadastro previdenciário do site da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia:

CRPs do Estado de Governo do Distrito Federal/DF (Regime Próprio)⁵

Emissão	Validade	Cancelamento	Motivo	Ação Judicial	Visualizar
21/12/2019 00:00:00	18/06/2020			Sim	
24/06/2019 12:21:31	21/12/2019			Sim	
21/12/2018 19:02:57	19/06/2019			Sim	
16/08/2018 09:45:35	12/02/2019	21/12/2018	Em cumprimento a decisão judicial proferida pela STF	Sim	
28/11/2017 17:58:27	27/05/2018			Sim	
29/05/2017 14:23:16	25/11/2017			Sim	

² ACT nº 44000.001662/2015- 67 (e-Doc 0BBE92FD-e)

³ Disponível em: <https://www.tc.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/GestaoDoRegimeProprio.pdf>

⁴ “No desempenho de suas funções legais, a SRPPS tem observado que muitos RPPS têm buscado junto o Poder Judiciário tutela para obtenção do CRP, fugindo, desta forma, da obrigação de encaminhar os demonstrativos previdenciários. Atualmente, 15,8% dos RPPS possuem CRP de judicial e 42% encontram-se sem CRP vigente (dados extraídos do CADPREV- 14/02/2017). Ou, seja, mais de 57% dos RPPS encontram-se em situação irregular perante a Secretaria de Previdência.”

⁵ Disponível em: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml> (data do acesso: 07/05/2020).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

Emissão	Validade	Cancelamento	Motivo	Ação Judicial	Visualizar
24/11/2016 10:13:11	23/05/2017			Não	
28/05/2016 00:00:00	24/11/2016			Não	
30/11/2015 12:40:50	28/05/2016			Não	
03/06/2015 12:05:14	30/11/2015			Não	
04/12/2014 08:01:55	02/06/2015			Não	
06/06/2014 10:19:00	03/12/2014			Não	
07/12/2013 00:17:31	05/06/2014			Não	
09/06/2013 10:35:46	06/12/2013			Não	
10/12/2012 10:18:16	08/06/2013			Não	

17. Quanto aos documentos atualmente exigidos na prestação de contas do IPREV, tem-se que até o momento se teve por base o previsto Regimento Interno anterior, conforme estabelecido no art. 146⁶. A última prestação de contas autuada pelo Tribunal foi referente ao exercício financeiro de 2017, consoante Processo nº 3768/2020.

18. Nesse sentido, o atual Regimento Interno (aprovado pela

⁶ Resolução nº 38/1990:

Art. 146. As prestações de contas dos dirigentes das autarquias e fundações deverão constituir-se dos seguintes documentos: (Artigo regulamentado pelo(a) Resolução 164 de 04/05/2004)

I - relatório do organizador do processo, que conterá:

a) nomes, cargos e períodos da gestão dos dirigentes;
b) exame das operações realizadas no exercício de referência e da situação dos dirigentes perante os cofres da entidade;

c) esclarecimentos sobre a correta escrituração contábil dos documentos e demais elementos geradores dos resultados financeiros e patrimoniais demonstrados;

d) razões do pagamento, se for o caso, de juros, multas e correção monetária, em decorrência da liquidação de dívidas vencidas; II - relatório anual das atividades, firmado pelo administrador ou pelo ordenador de despesas; III - balanço orçamentário, acompanhado de:

a) cópia do orçamento do exercício, com suas alterações e do demonstrativo de execução;
b) quadros comparativos da receita estimada com a arrecadada, por fontes, e da despesa autorizada com a realizada, por natureza e por projetos e atividades;

IV - balanço financeiro;

V - balanço patrimonial, acompanhado de:

a) termo de conferência de saldo em caixa, almoxarifados e depósitos de bens;
b) extratos de contas correntes ou memorandos bancários comprobatórios dos saldos, devidamente conciliados;

c) demonstração discriminada dos saldos dos créditos vencidos, com as razões do não-recebimento;

d) demonstração discriminada das dívidas vencidas, indicando-se as razões do não-pagamento;

e) demonstração sintética das imobilizações, indicados o saldo do exercício anterior e as aquisições e baixas havidas no período; VI - demonstração das variações patrimoniais;

VII - pronunciamento ou parecer conclusivo do Conselho Deuadaliberativo ou órgãos equivalente; VIII - parecer conclusivo do Conselho Fiscal ou órgão equivalente, com indicação:

a) das irregularidades apuradas no exame das contas e no desempenho de suas atribuições, no período; e

b) da situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da entidade;

IX - relatório do controle interno sobre a eficiência e a eficácia da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade;

X - relatório de auditoria expedido pelo órgão próprio da Administração, com o resultado de auditorias ou inspeções realizadas no período;

XI - certificado de auditoria, com os elementos indicados no inciso IX do artigo 140 deste Regimento;

XII - pronunciamento conclusivo sobre as contas, assinado pelo titular da Secretaria a que estiver vinculada a entidade, com indicação, em caso de irregularidade, das providências adotadas para resguardo do interesse público.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

Resolução nº 296/2016) estabelece que a organização, apresentação e apreciação dos processos de tomada e prestação de contas constarão de ato normativo próprio, consoante parágrafo único do art. 180.

Art. 180. As contas dos administradores e responsáveis a que se refere o artigo anterior serão submetidas a julgamento do Tribunal, sob a forma de tomada ou prestação de contas, que poderão ser ordinárias, extraordinárias ou especiais.

Parágrafo único. Ato normativo próprio do Tribunal disporá sobre a organização, apresentação e apreciação dos processos de tomadas e prestações de contas a que se refere este artigo.

19. O ato normativo em questão foi materializado até recentemente pela então Instrução Normativa nº 02/2016 que tinha a previsão de que formas e conteúdos específicos das contas anuais deveriam ser definidos por decisão normativa, considerando a natureza da jurisdição (art. 10, § 1º). Contudo, na vigência da IN nº 02/2016 não foi exarada decisão normativa acerca da questão, de modo que não foram contemplados os demonstrativos ora demandados na prestação de contas do IPREV.

20. Não obstante, a IN nº 02/2016 foi revogada recentemente pela IN nº 02/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no DODF nº 113, de 18/06/2020. A revogação se deu no contexto do aprimoramento da metodologia de exame de contas anuais e extraordinárias dos órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal e da Prestação de Contas do Governo do Distrito Federal, demandada pelo Tribunal no item III da Decisão nº 5787/2016⁷, conforme tratado no Processo nº 7739/2017-e.

21. A nova estrutura normativa aprovada no âmbito da prestação de contas anuais conta com a IN nº 02/2020 e com decisão normativa a ser editada anualmente, com o regramento específico para as contas prestadas referentes a cada exercício financeiro.

22. Sendo assim, os arts. 2º e 5º da IN nº 02/2020 estabeleceram a forma de apresentação, organização geral e peças que devem constar das contas anuais e extraordinárias:

Art. 2º As contas anuais serão organizadas e

⁷ III—determinar à Segecex que examine de forma pontual, as questões que versem acerca do aprimoramento o exercício do controle externo com a cooperação do órgão central do sistema de controle interno do Distrito Federal contempladas nas sugestões de fls. 519/522, autorizando a constituição de autos apartados, em face das medidas de racionalização procedimental e da novel metodologia implementada nos autos em exame para encaminhamento ao TCDF dos processos versando acerca das contas anuais e extraordinárias dos órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal e da Prestação de Contas do Governo de Governo no módulo e-Contas ora aprovadas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

apresentadas de forma individualizada, agregada ou consolidada e com atenção à padronização, racionalização e simplificação processual, em conformidade com a decisão normativa a que se refere o caput do art. 1º.

§ 1º A definição da forma e do conteúdo de apresentação das contas anuais ou extraordinárias deverá atentar para o risco da obtenção de resultados indesejados, a materialidade dos bens e valores geridos e a relevância dos programas, órgãos e entidades para a administração pública e a sociedade.

§ 2º A decisão normativa a que se refere o caput do art. 1º poderá distribuir em grupos e sub grupos os órgãos e as entidades da administração pública, eleger as peças processuais que integrarão as contas anuais de cada grupo ou subgrupo e estabelecer a profundidade e extensão dos exames a serem realizados pelos órgãos de controle interno na realização de auditoria de contas.

§ 3º As tomadas de contas anuais ou extraordinárias dos órgãos da administração direta do Poder Executivo, incluídos os fundos especiais, serão organizadas pelo órgão central de contabilidade do Governo do Distrito Federal e encaminhadas pelo órgão central do sistema de controle interno ao Tribunal por meio do Sistema Eletrônico de Contas–e-Contas.

Art. 5º. As contas anuais ou extraordinárias serão organizadas e apresentadas com as seguintes peças:

I - relatório de gestão firmado pelo titular do órgão ou entidade da administração pública;

II - relatório conclusivo do organizador ou tomador de contas, contendo o rol de responsáveis;

III - relatório e parecer firmado pelo órgão, entidade ou instância que deva se pronunciar sobre as contas por força de lei, ato constitutivo e deliberação do Tribunal;

IV - relatório e certificado de auditoria de contas, emitidos pelo órgão central de controle interno;

V - pronunciamento do dirigente sobre as contas e o parecer do órgão central de controle interno, atestando haver tomado conhecimento das conclusões neles contidas, a que alude o art. 51 da Lei Complementar n.º 01/1994;

VI - outras peças necessárias ao julgamento, conforme indicado na decisão normativa a que se refere o art. 1º.

§ 1º A forma e o conteúdo das peças que integrarão as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

contas anuais ou extraordinárias serão definidos pela decisão normativa a que se refere o art. 1º, a qual deverá atentar para o risco de obtenção de resultados indesejados; a materialidade dos bens e valores geridos e a relevância dos programas; do órgão ou entidade para a administração pública e a sociedade; e a necessidade e a complexidade de informação que permitam avaliar a conformidade e o desempenho da gestão.

§ 2º As contas anuais ou extraordinárias deverão incluir todos os recursos orçamentários e extraorçamentários utilizados, arrecadados, guardados, geridos ou pelos quais o órgão ou a entidade responda, inclusive aqueles oriundos de fundos de natureza contábil, recebidos de entes da administração pública ou descentralizados para execução indireta.

§ 3º As peças referidas nos incisos I, III e IV deverão evidenciar a aplicação dos recursos públicos, inclusive os repassados pelo Distrito Federal mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, bem como a observância aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

§ 4º Para o Poder Legislativo e a Defensoria Pública do Distrito Federal, as peças referidas no inciso IV serão produzidas pelos seus respectivos setores de controle interno. (Grifado)

23. Em decorrência do §§ 1º dos arts 2º e 5º supratranscritos, no corrente ano, a Decisão Normativa nº 01/2020, também publicada no DODF nº 113, de 18/06/2020, passou a estabelecer o regramento específico para as tomadas e prestações de contas anuais ou extraordinárias referentes ao exercício financeiro de 2019, dispondo sobre as peças que deverão integrar esses processos; a forma como cada jurisdicionado deverá prestar suas contas: individualizada, agregada ou consolidada; os modelos de Relatório de Gestão, de Relatório do Organizador das Contas e de relatório de auditoria de contas; e peças necessárias ao julgamento de contas anuais ou extraordinárias. Nesses termos, consoante Anexo I-C da Decisão Normativa nº 01/2020, o IPREV/DF deverá apresentar suas contas de forma individualizada. Ainda, conforme Anexo IV, também são necessárias as seguintes peças adicionais ao julgamento de contas do grupo a que se insere o IPREV: i) Relatório contábil anual; ii) Relatório da comissão de inventário de bens móveis, imóveis e almoxarifado; iii) Demonstrativo de tomada de contas especial; iv) Declaração de nepotismo; v) Declaração de conformidade contábil; e iv) Manifestação do órgão ou entidade competente quanto às falhas apontadas no relatório contábil anual, se houver.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

25. Especificamente em relação à autarquia previdenciária, o Anexo IV da Decisão Normativa nº 01/2020 prevê notadamente que **“no caso do IPREV, deverão integrar a prestação de contas anual, ainda, as demonstrações contábeis, inclusive dos fundos garantidor e capitalizado, Certificado de Regularidade Previdenciária –CRP, relatório de avaliação atuarial, Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial –DRAA, Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR e Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR”**.

26. Deste modo, percebe-se que, em grande medida, os documentos exigidos no art. 5º, inciso XIV, da Portaria MPS nº 204/208 já deverão ser contemplados na prestação de contas anual do IPREV no que se refere ao exercício de 2019, conforme Decisão Normativa nº 01/2020. Deve-se notar, contudo que o Demonstrativo de Política de Investimentos – DPIN (previsto no dispositivo da Portaria MPS nº 204/208), por exemplo, não foi previsto Decisão Normativa nº 01/2020.

27. Assim, de modo a atender inteiramente ao pleito e, tendo em vista a reiterada modificação dos documentos exigidos pelo inciso XIV do art. 5º da Portaria MPS nº 204/208, conforme diversas Portarias modificativas do regramento, seria oportuno que nas demais decisões normativas anuais a redação da exigência em questão contemplasse expressão final mais abrangente como “(...) e demais documentos obrigatórios para emissão do CRP, conforme legislação federal”.

28. Em conclusão, com a anuência da Secretaria de Contas – Secont e diante do Ofício nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF, bem como das especificidades de atuação e regulação dos RPPS, tem-se que os documentos solicitados para que integrassem a prestação de contas do IPREV (previstos no art. 5º, inciso XIV, da Portaria MPS nº 204/208) se mostram relevantes para o controle e a avaliação da autarquia, de modo que já foram em grande medida contemplados na Decisão Normativa nº 01/2020, podendo-se considerar atendida a demanda para o ano de 2019, cabendo sua reiteração nas regulações anuais subsequentes.”

3. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. o conhecimento dos presentes Estudos Especiais;

II. considerar majoritariamente atendida a demanda contida no Ofício nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF quanto à inclusão na prestação de contas do IPREV dos documentos previstos no art. 5º, inciso XIV, da Portaria MPS nº 204/208 para o exercício financeiro de 2019, conforme parte final do Anexo IV da Decisão Normativa nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

01/2020;

III. dar conhecimento à Secretaria de Contas da decisão a ser proferida nestes autos, para fins de avaliação da conveniência e oportunidade da ampliação do rol de documentos que deverão integrar a prestação de contas anual do IPREV, na forma do ofício acima, quando da proposição de futura decisão normativa acerca da matéria;

IV. o posterior arquivamento dos autos.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 753/2020-G2P (e-doc [E71A78F0-e](#)), de 27.8.2020, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce, com acréscimo, à proposta da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco:

“17. De início, torna-se oportuno trazer à colação o que foi abordado sobre o tema no Parecer 785/2017–ML, elaborado no Processo 21810/2014, que deu origem ao presente:

*29. No que concerne ao pedido formulado no Ofício nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF, fls. 47/49, juntado aos autos em razão do Despacho do Secretário – Geral de Controle Externo em exercício, fl. 45, o **MPC/DF** possui entendimento **parcialmente congruente** com o exposto pelo Corpo Técnico.*

*30. **In casu**, parece indene de dúvida a relevância dos documentos exigidos no art. 5º, XVI, da Portaria nº MPS nº 204/2008 para o exercício do Controle Externo, mormente em razão do Acordo de Cooperação Técnica nº 7/2016 firmado, entre outras **ee. Corte de Contas**, por este **c. TCDF** e pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS.*

*31. Vale ressaltar que, consoante a **cláusula primeira** do termo em destaque, o acordo de cooperação técnica possui o desiderato de propiciar o **intercâmbio de informações na área de auditoria previdenciária para o aprimoramento da orientação, acompanhamento, controle e supervisão da gestão do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** gerido por entidade jurisdicionada desta **e. Corte de Contas Distrital**.*

32. A par da natureza sistemática do acompanhamento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

*promovido por meio dos processos de prestação de contas anuais, no sentir deste **MPC/DF**, parece adequado incluir no escopo dos processos de contas do IPREV/DF as informações exigidas pela Portaria nº MPS nº 204/2008. Nesse particular, imperioso ressaltar que, em razão do Acordo de Cooperação Técnica mencionado alhures, as informações requeridas pelo normativo em destaque são franqueadas ao e. **TCDF** no sítio da Previdência Social, o que pode facilitar a avaliação dos documentos no âmbito desta Casa.*

*33. Não obstante, este **Parquet** especializado entende pertinente apresentar ponderações acerca do enquadramento do documento encaminhamento nas atividades de controle externo exercidas pelo e. **TCDF** e do mérito do pedido, que consiste na inclusão dos demonstrativos obrigatórios exigidos pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda na composição dos processos de contas no âmbito local.*

*34. Nessa toada, este **MPC/DF** entende plausível sugerir que parcela significativa dos documentos exigidos no art. 5º, XI, da Portaria MPS nº 204/2008 já integra o rol de documentos indispensáveis para organização de contas anuais, especialmente em razão do escopo abrangente estabelecido no art. 10, IV e V, da IN nº 2/2016.*

*35. É dizer, ante as expressões genéricas apresentadas nos citados dispositivos não é desarrazoado concluir que documentos exigidos para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, como exemplo o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA e o Demonstrativo da Política de Investimentos, podem integrar a organização das contas anuais do IPREV/DF, independente de modificação nos normativos desta e. **Corte de Contas**, máxime em razão das especificidades que envolvem a atuação da jurisdicionada.*

*36. O entendimento apresentado por este **Parquet** especializado é reforçado pela dicção dos arts. 106 e 107 da Lei Complementar nº 769/2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal – RPPS/DF. Segundo os dispositivos em comento os demonstrativos contábeis, orçamentários e financeiros do IPREV/DF devem observar as especificidades da legislação previdenciária.*

*37. Em tempo, oportuno destacar que, com o advento da Resolução nº 296/2016, o Regimento Interno do e. **Tribunal** deixou de estabelecer, de modo pormenorizado, o rol de*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

peças que devem integrar os processos de contas anuais, modificando a sistemática estabelecida na Resolução nº 38/1990, a qual disciplinava a matéria nos seus arts. 140, 141 e 142.

38. Nessa esteira, consoante dicção do art. 180, parágrafo único, do RI/TCDF aprovado pela Resolução nº 296/2016, ato regulamentar deve disciplinar a organização, apresentação e apreciação dos processos de tomadas e prestações de contas, que materializam o dever constitucional de prestar contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos no âmbito do Distrito Federal.

*39. A propósito, a exigência em destaque foi colmatada pelo art. 10 da Instrução Normativa nº 2/2016, **in verbis**:*

*“Art. 10. As **contas anuais** serão **organizadas e apresentadas** com as **seguintes peças**:*

*I - **relatório conclusivo** do organizador ou tomador de contas, conforme o caso;*

*II - **rol de responsáveis**, de acordo com o Capítulo III, Título II, desta Instrução Normativa;*

*III - **relatório de gestão** firmado pelo titular da jurisdição;*

*IV - **demonstrações** orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis sintéticas, exigidas pela legislação aplicável;*

*V - **relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas dos responsáveis pela jurisdição**, consoante previsto em lei, atos constitutivos, deliberações plenárias do TCDF e em decisão normativa;*

VI - relatório e certificado de auditoria do órgão central de controle interno com manifestação sobre irregularidade ou ilegalidade constatada e providência corretiva recomendada, bem assim quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; e

VII - pronunciamento do dirigente a que alude o art. 51 da Lei Complementar n.º 01/1994 sobre as contas e o parecer do órgão central de controle interno, atestando haver tomado conhecimento das conclusões neles contidas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

§ 1º A forma e o conteúdo das peças que integrarão as contas anuais serão definidos pelo Tribunal por meio de decisão normativa, considerando a natureza da jurisdição e as necessidades de informação que permitam avaliar a conformidade e o desempenho da gestão dos responsáveis.

§ 2º Os processos de contas anuais deverão incluir todos os recursos orçamentários e extraorçamentários, utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pela jurisdição ou pelos quais ela responda, inclusive aqueles oriundos de fundos de natureza contábil, recebidos de entes da administração pública distrital ou federal ou descentralizados para execução indireta.

§ 3º Os elementos referidos no caput deverão evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, inclusive os repassados pelo Distrito Federal mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, e a observância aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

§ 4º A Secretaria de Controle Externo do Tribunal responsável pelo exame dos processos de controle externo a que alude a presente Instrução Normativa poderá requisitar outras peças necessárias à instrução processual.” (Grifos do original).

40. Sendo assim, ante a inexistência, no momento da constituição do processo, de **decisão normativa** prevista no art. 10, § 1º, da Instrução Normativa nº 2/2016, o **MPC/DF** entende pertinente sugerir a instauração de estudos especiais para albergar o questionamento contido no documento às fls. 47, de modo a avaliar de modo mais acurado tal demanda.

18. Nessa esteira, a decisão normativa reclamada pelo parquet, naquela oportunidade, acabou sendo editada no corrente ano. A Decisão Normativa 01/2020, publicada no DODF de 18/06/20, dispõe sobre a forma e as peças que integrarão as tomadas e prestações de contas anuais e extraordinárias, onde, no Anexo VI, são listadas as Peças Necessárias ao Julgamento de Contas Anuais ou Extraordinárias e no caso do IPREV relaciona:

No caso do IPREV, deverão integrar a prestação de contas anual, ainda:

1) as demonstrações contábeis, inclusive dos fundos garantidor e capitalizado;

2) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

- 3) Relatório de avaliação atuarial;
- 4) Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA;
- 5) Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR; e
- 6) Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR.

19. Assim, como já ressaltado pelo Corpo Técnico, essa previsão contemplou na quase totalidade as exigências previstas na Portaria MPS 204/2008, exceto com relação ao Demonstrativo de Política de Investimentos – DPIN.

20. Então, formalmente, o pleito constante do Ofício 938/2017/SRPPS/SPREV/MF restou quase cumprido integralmente.

21. Nesse sentido, no mesmo DODF, foi publicada a IN 02/2020 para estabelecer normas de organização e apresentação das tomadas e prestações de contas anuais e extraordinárias a serem submetidas ao julgamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do art. 6º da Lei Complementar 1/94, e prevê prazo para a chegada das contas ao TCDF, conforme artigo 24:

Art. 24. As tomadas e prestações de contas anuais deverão ser entregues ao Tribunal até 31 (trinta e um) de julho do ano seguinte ao qual se referirem.

22. Ocorre, todavia, que não basta só exigir documentos, esses devem ser examinados e de forma tempestiva, sob pena de o trabalho do Controle tornar-se inócuo.

23. Rememore-se que, desde 2017, os CRPs (Certificado que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei 9717/98, pelos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) do IPREV são emitidos por força judicial e esse ano de 2017 foi o último da chegada das Contas Anuais ao TCDF, que deu origem ao Processo 3768/20, ainda sem análise inicial. Esses fatos, ao ver desta Procuradora, são graves.

24. Corroborando com isso, o Processo 8973/19 trata da Representação 09/2019-G3P, visando à fiscalização dos atos ocorridos nas operações de investimento do IPREV/DF, relativas aos fundos BRB QAM FIP IMOBILIÁRIO PARANÁ I e CEF FIDC CASAN COTA SENIOR, tendo em vista a rentabilidade acumulada negativa dessas aplicações financeiras e a possível negligência dos agentes públicos responsáveis quanto à observância de critérios de risco, liquidez e rentabilidade, em desacordo com a Política de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

Investimentos da Autarquia.

25. A propósito, a Decisão 1964/2020, de 03/06/20, proferida naqueles autos, autorizou a realização de inspeção no IPREV/DF, na BRB DTVM e em outros órgãos e entidades, caso necessário.

26. Nessas circunstâncias, o MPCDF acrescenta ser necessário que o TCDF defina prazo improrrogável para a remessa das Contas Anuais do IPREV dos anos de 2018 e 2019 e também para determinar prazo para exame das Contas referentes ao exercício 2017.

É o parecer.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

VOTO

5. Trata-se de estudos especiais realizados, em atenção à Decisão nº 5.395/17-CPM², para avaliar a possibilidade de inclusão dos demonstrativos elencados no art. 5º, inciso XVI, da Portaria MPS nº 204/08³, requeridos para emissão de Certificado de Regularidade Previdência – CRP nas Prestações de Contas Anuais do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, em razão de solicitação formulada pela então Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

6. A Unidade Instrutória sugere ao Tribunal que:

a) tome conhecimento dos trabalhos realizados;

b) considere majoritariamente atendido o requerimento, ante a inclusão da exigência de apresentação da maior parcela dos demonstrativos nas contas anuais do IPREV/DF relativas ao exercício de 2019;

² **Decisão nº 5.395/17-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da prestação de contas anual do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, referente ao exercício de 2013, consignada no Processo nº 413.000.112/13; b) do Ofício nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF (fls. 47/49); II – **autorizar:** a) o sobrestamento do processo em exame até o deslinde das apurações empreendidas no Processo nº 11.975/15; **b) a realização de estudos especiais pela Secretaria-Geral de Controle Externo, em autos apartados, acerca da solicitação constante do expediente de fls. 47/49;** c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.

Presidiu a sessão a Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.”

³ “Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinarão cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS: (...)”

XVI - encaminhamento à Secretaria de Previdência, dos seguintes documentos e informações: (Redação dada pela Portaria MF nº 333, de 11/07/2017)

a) legislação completa referente ao regime de previdência social;

b) **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;**

c) REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

d) **Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR;** (Redação dada pela Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011)

e) REVOGADO pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013

f) **informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais;** (Redação dada pela Portaria MF nº 333, de 11/07/2017)

g) **Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.** (Redação dada pela Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011)

h) **Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR.** (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)

i) **Nota Técnica Atuarial - NTA.** (Incluído pela Portaria MPS nº 563, de 26/12/2014).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

c) dê ciência da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Contas para que avalie a conveniência e a oportunidade da ampliação do rol de documentos que deverão integrar a prestações de contas anuais do IPREV/DF, quando da proposição de futura decisão normativa acerca da matéria.

7. O Ministério Público, por sua Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce às conclusões da Instrução, com adendo de se fixar prazos para o julgamento das contas anuais do IPREV/DF referentes ao exercício de 2017 e para o encaminhamento das contas anuais relativas aos exercícios de 2018 e 2019.

8. Passa-se à apreciação.

9. A apresentação dos demonstrativos relacionados no art. 5º, inciso XVI, da Portaria MPS nº 204/08, têm por objetivo profissionalizar a gestão e contribuir para a sustentabilidade financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social em âmbitos municipal, distrital/estadual e federal.

10. Além de servirem de importantes instrumentos de governança dos fundos instituídos, os documentos contém informações relevantes para o exercício da fiscalização contábil, operacional, financeira, orçamentária e patrimonial de competência dos respectivos Tribunais de Contas.

11. Portanto, a medida tem o condão de contribuir para a avaliação das contas anuais e, simultaneamente, fortalecer as atividades voltadas à supervisão dos RPPS, atualmente a cargo da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – SEPRT/ME.

12. Ademais está, também, alinhada com os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 44000.001662/2015-67⁴, firmado, em 1º.2.2016, entre esta Corte de Contas e o então Ministério do Trabalho e Previdência Social, visando ao aprimoramento da orientação, acompanhamento, controle e supervisão do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e contribuindo para o alcance das seguintes metas pactuadas:

“b) Otimizar a orientação, acompanhamento, controle e supervisão da gestão dos RPPS.

⁴ e-doc 0BBE92FD-e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

c) Fortalecer a auditoria previdência sobre os RPPS.

(...)

e) Compartilhar informações sobre a situação previdência dos RPPS, nas dimensões normativa, fiscal, financeira, atuarial, contábil e patrimonial, visando garantir a sua sustentabilidade.

f) Prevenir e detectar possíveis desvios de recursos ou gestão temerária dos fundos previdenciários.

(...)

h) Assegurar a formação de fundos previdenciários solventes e seguros, com ativos suficientes para o pagamento dos benefícios aos segurados e a seus dependentes.” (grifei)

13. Evidenciada a pertinência dos demonstrativos, constata-se que a solicitação foi quase que integralmente atendida com a publicação da Instrução Normativa TCDF nº 2/20⁵ e da Decisão Normativa TCDF nº 1/20⁶, cujo Anexo VI estabelece a obrigatoriedade de apresentação pelo IPREV/DF dos seguintes documentos:

“No caso do IPREV, deverão integrar a prestação de contas anual, ainda, as demonstrações contábeis, inclusive dos fundos garantidor e capitalizado, Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, relatório de avaliação atuarial, Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR e Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR.).”

14. De acordo com a Unidade Instrutória, apenas não foi exigido o Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN. Entretanto, a limitação é aparente, pois, em cumprimento à Decisão nº 3.281/17-CPM⁷, o IPREV/DF tem publicado, anualmente, a sua Política de Investimentos e outros

⁵ A Instrução Normativa TCDF nº 2, de 20.5.2020, estabelece normas de organização e apresentação das tomadas e prestações de contas anuais e extraordinárias a serem submetidas ao julgamento do TCDF, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 1/94. Publicada no DODF de 18.6.2020, págs. 14/16.

⁶ A Decisão Normativa TCDF nº 1/20 dispõe sobre a forma e as peças que integrarão as tomadas e prestações de contas anuais e extraordinárias, com fundamento no art. 1º da Instrução Normativa TCDF nº 1/20. Publicada no DODF de 18.6.2020, págs. 17/25.

⁷ **Decisão nº 3.281/17-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que: a) doravante: [...] 8) dê cumprimento ao inciso III, alíneas “c”, “e”, “f” e “g”, da Decisão nº 6.057/15, mantendo atualizadas as informações a que se referem e adote as providências necessárias para (Achado 5): **8.1) proceder à divulgação das informações sobre investimentos, previstas na Portaria MPS nº 519/11, com as alterações introduzidas pela Portaria MPS nº 440/13; 8.2) dar cumprimento aos preceitos de transparência estatuídos pelos arts. 4º e 85 da Lei Complementar nº 769/08;**”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

demonstrativos referentes à matéria em sítio eletrônico ⁸, os quais poderão ser, eventualmente, consultados para fins de instrução das contas anuais.

15. Inobstante, considerando o disposto no art. 1º da Resolução TCDF nº 1/20, que prevê a edição, anualmente, de decisão normativa para dispor sobre a forma e as peças que integrarão as tomadas e prestações de contas a serem submetidas a esta Corte em cada exercício financeiro, deve-se dar ciência da decisão à Secretaria de Contas, para que avalie a possibilidade de inclusão dos demais documentos exigidos no art. 5º, inciso XVI, da Portaria MPS nº 204/08 nos exercícios subsequentes.

16. Em acréscimo, a atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – SEPRT/ME também deve ser comunicada sobre o que vier a ser decidido, em homenagem ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado.

17. Por fim, no que tange à proposta do Órgão Ministerial, deixa-se de acolhê-la por extrapolar o objeto destes autos, a competência deste Relator e, adicionalmente, em virtude dos seguintes fatos:

a) com relação às **contas do exercício de 2017**: foi instaurado o Processo nº 00600-00003768/2020-19-e, cujo o escopo amolda-se melhor ao teor do requerimento da nobre Procuradora;

b) no tocante às **contas dos exercícios de 2018 e 2019**: de acordo com o sistema e-Contas, ambas estão em análise por parte da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF.

Ante o exposto, VOTO, de acordo com o Corpo Técnico, no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos presentes Estudos Especiais;

II. considere majoritariamente atendida a demanda contida no Ofício nº 938/2017/SRPPS/SPREV/MF em razão da inclusão, na prestação de contas anual do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF referente ao

⁸ <http://www.iprev.df.gov.br/politica-de-investimento/>
<http://www.iprev.df.gov.br/carteira-de-investimento/>
<http://www.iprev.df.gov.br/demonstrativo-de-aplicacoes-e-investimentos-dos-recursos-dair/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 224.377/19-e

exercício financeiro de 2019, dos documentos previstos no art. 5º, inciso XIV, da Portaria MPS nº 204/08, conforme parte final do Anexo VI da Decisão Normativa TCDF nº 1/20;

III. dê conhecimento da decisão que vier a ser proferida:

a) à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia – SEPRT/ME, em homenagem ao Acordo de Cooperação Técnica nº 44000.001662/2015-67;

b) à Secretaria de Contas, para que avalie a conveniência e oportunidade da ampliação do rol de documentos que deverão integrar as prestações de contas anuais do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, na forma do ofício acima, quando da proposição de futura decisão normativa à qual remete o art. 1º da Instrução Normativa TCDF nº 2/20.

IV. autorize o retorno dos autos à Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE para a adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2020.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator